

**Éderson Garin Porto**

*Manual da*  
**EXECUÇÃO FISCAL**

**3ª edição**  
**REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA**

- De acordo com o Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/15 e Lei 13.256/16)
- Novas Súmulas do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça
  - Recursos repetitivos julgados pelo Superior Tribunal de Justiça
- Execução administrativa e averbação pré-executória (Lei 10.522/02)



*livraria* //  
**DO ADVOGADO**  
*editora*

Porto Alegre, 2019

*Conselho Editorial*

André Luis Callegari  
Carlos Alberto Molinaro  
César Landa Arroyo  
Daniel Francisco Mitidiero  
Darci Guimarães Ribeiro  
Draiton Gonzaga de Souza  
Elaine Harzheim Macedo  
Eugênio Facchini Neto  
Gabrielle Bezerra Sales Sarlet  
Giovani Agostini Saavedra  
Ingo Wolfgang Sarlet  
José Antonio Montilla Martos  
Jose Luiz Bolzan de Morais  
José Maria Porras Ramirez  
José Maria Rosa Tesheiner  
Leandro Paulsen  
Lenio Luiz Streck  
Miguel Àngel Presno Linera  
Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira  
Paulo Mota Pinto

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P853m Porto, Éderson Garin

Manual da execução fiscal / Éderson Garin Porto. 3.ed., rev., atual. e ampl. – Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2019.

288 p.; 23 cm.

ISBN 978-85-9590-079-0

1. Execução fiscal. 2. Dívida ativa. I. Título.

CDU – 347.952

Índice para o catálogo sistemático:

Execução fiscal

Dívida ativa

(Bibliotecária responsável: Marta Roberto, CRB-10/652)

# Sumário

Nota à 3ª edição.....	11
Nota à 2ª edição.....	13
Nota do Autor.....	15
<b>1. Noções gerais.....</b>	<b>17</b>
1.1. Propósito da Lei de Execução Fiscal.....	17
1.2. Relativização do princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.....	19
1.3. Legitimidade ativa.....	23
1.4. Diálogo das fontes legislativas e as inovações e o novo Código de Processo Civil.....	28
1.4.1. A força dos precedentes.....	30
1.4.2. A consensualidade na execução fiscal: negócio jurídico processual.....	31
1.5. Nova LEF e a Execução Fiscal Administrativa.....	35
<b>2. Da Dívida Ativa.....</b>	<b>41</b>
2.1. Conceito de Dívida Ativa.....	41
2.2. Crédito tributário e não tributário.....	43
2.3. Dívida consolidada.....	49
2.4. Inscrição da Dívida Ativa. Controle administrativo e princípio da legalidade.....	55
2.5. Precisoões terminológicas entre as expressões “auto de lançamento”, “auto de infração”, “termo de inscrição da dívida ativa” e “certidão da dívida ativa”.....	57
2.6. Atributos da certidão: liquidez, certeza e exigibilidade.....	59
2.7. A prescrição na execução fiscal. Exame da possibilidade de suspensão e interrupção do prazo prescricional.....	66
2.8. Prescrição intercorrente e decretação de ofício. A nova interpretação do Superior Tribunal de Justiça a partir do julgamento do Recurso Repetitivo (REsp nº 1.340.553/RS).....	73
2.9. Competência da Procuradoria da Fazenda Nacional para inscrição da Dívida Ativa. Sobre o novo expediente de cobrança extrajudicial.....	79
2.10. Requisitos formais da Certidão da Dívida Ativa.....	82
2.10.1. Nome do devedor e dos corresponsáveis.....	84
2.10.2. Valor da dívida. Termo inicial. Forma de calcular os juros de mora e demais encargos.....	85
2.10.3. Origem, natureza e fundamento legal ou contratual da dívida.....	88
2.10.4. Outras formalidades.....	89
2.10.5. Propósito das exigências.....	89
2.11. Questões de competência na Execução Fiscal.....	90

<b>3. Legitimidade passiva</b> .....	97
3.1. Legitimação passiva .....	97
3.1.1. A execução contra o fiador .....	98
3.1.2. A legitimidade extraordinária para execução .....	99
3.2. Responsabilidade tributária .....	101
<b>4. Procedimento da execução</b> .....	113
4.1. Requisitos da petição inicial na Execução Fiscal .....	113
4.2. Pontos sobre a petição inicial não cominados na LEF .....	117
4.3. Despacho e efeitos da propositura da ação. Fixação de honorários. Questões sobre o Decreto-Lei nº 1.025/69 .....	119
4.3.1. Formas de citação .....	121
4.3.2. Pré-penhora. Arresto da LEF .....	124
4.4. Segurança do juízo .....	126
4.4.1. Depósito em dinheiro .....	127
4.4.2. Fiança bancária ou seguro garantia .....	129
4.4.3. Penhora .....	131
4.4.4. Bens de terceiros .....	135
4.4.5. Oferecimento de precatório .....	136
4.4.6. Oferecimento de debêntures e outros bens (art. 835, XIII, CPC) .....	138
4.5. Responsabilidade patrimonial e penhora <i>on line</i> .....	140
4.6. Intimação da penhora .....	150
4.7. Avaliação do bem .....	154
4.8. Registro da penhora .....	156
4.9. Embargos do devedor .....	157
4.10. Prosseguimento da execução .....	157
4.11. Alienação antecipada na execução .....	158
4.12. Arrematação .....	159
4.13. Adjudicação na execução fiscal .....	164
4.14. Apropriação de frutos e rendimentos de empresa ou de estabelecimento e de outros bens .....	165
4.15. Intimação pessoal do representante da Fazenda Pública .....	166
4.16. Extinção do processo de execução e pedido de desistência .....	168
4.17. Execuções Fiscais de pequeno valor e o ajuizamento seletivo .....	171
<b>5. Recursos</b> .....	177
5.1. Sistemática recursal na Lei de Execução Fiscal .....	177
5.2. Embargos infringentes .....	179
5.3. Embargos de declaração .....	181
5.4. Apelação e reexame necessário .....	182
5.5. Agravo de instrumento .....	183
5.6. Recurso Especial e Recurso Extraordinário .....	185
<b>6. Defesas do executado</b> .....	189
6.1. Inconstitucionalidade do art. 38 da LEF .....	189
6.2. Procedimento administrativo .....	192

6.3. Embargos do devedor.....	201
6.3.1. Prazo.....	202
6.3.2. Segurança do juízo e atribuição de efeito suspensivo.....	204
6.3.3. Matéria arguível. Produção de provas.....	209
6.3.4. Outras respostas do devedor.....	211
6.3.5. Possibilidade de reconhecimento do crédito pelo devedor. Artigo 916 do CPC.....	213
6.3.6. Impugnação dos embargos. Revelia.....	215
6.3.7. Embargos na execução por carta.....	216
6.3.8. Julgamento dos embargos. Efeitos.....	217
6.3.9. Sucumbência e honorários advocatícios.....	220
6.3.10. Impugnações do Código de Processo Civil e embargos de terceiro.....	225
6.4. Exceção de Pré-Executividade.....	232
6.5. Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ).....	236
6.6. Mandado de Segurança.....	239
6.7. Ação declaratória.....	247
6.8. Ação anulatória.....	251
6.9. Ação de Repetição do Indébito.....	254
6.10. Cautelares em matéria fiscal.....	264
6.10.1. Medida cautelar fiscal.....	266
6.10.2. Medida cautelar do contribuinte.....	269
<b>7. Coletânea de Súmulas sobre Execução Fiscal.....</b>	<b>273</b>
7.1. Súmulas do Supremo Tribunal Federal.....	273
7.2. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	277
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>285</b>